

Coluna do Castello

12 DEZ. 1987
Nova ofensiva

parlamentarista



Lutar pelo fortalecimento do PMDB "histórico e autêntico" e pela implantação do sistema parlamentarista de governo na nova Constituição foi o compromisso assumido, por iniciativa do ex-governador Franco Montoro, por um grupo de destacadas personalidades do partido. Informa Montoro que se reuniu para exame e fixação de tais objetivos, na sua passagem esta semana por Brasília, com os senadores Mário Covas, José Richá, Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, havendo perfeita identidade de posições dos seus companheiros.

O PMDB, segundo o ex-governador, está desfigurado pelo ingresso em suas fileiras de numeroso grupo de políticos fisiológicos, que lhe estão deformando a fisionomia e comprometendo a fidelidade ao programa partidário. Isso provocou um grande enfraquecimento da agremiação, contra o qual a reação possível é reanimar o núcleo histórico em torno do qual se armou a grande força de resistência ao regime militar e de impulso à transição democrática. A batalha será dada nos diretórios e nas convenções e não deve hesitar sequer diante da hipótese de exclusão de alguns pemedebistas que não se mostram à altura dos compromissos partidários. Alguns deles, segundo afirmou, já estão deixando espontaneamente o PMDB em face dos problemas criados na Constituinte e nos conflitos abertos com certos setores.

Os cinco interlocutores de Brasília são todos eles partidários da introdução do sistema parlamentarista de governo e dispostos a lutar por sua adoção imediata. Diz o sr Montoro que o presidencialismo tem como subproduto o clientelismo, a concentração de poder e o exercício pessoal da autoridade governamental. Já o parlamentarismo promove a descentralização por ser um governo fruto de um programa e elimina o clientelismo por ser constituído basicamente por uma equipe sob controle do Congresso e da opinião pública. Diz, enfático, que o presidencialismo é o sistema de governo de todos os países instáveis da África e o parlamentarismo é o apanágio de todas as democracias estáveis na Europa.

O ex-governador de São Paulo, que foi ministro do Trabalho sob o governo de João Goulart (período parlamentarista), afirma que é preciso reescrever e reavaliar a história daquela curta experiência de governo, que a seu ver demonstrou ser positiva, devendo sua eliminação a circunstâncias políticas incontornáveis. Ele pensa ainda ser possível reconstituir o que foi o funcionamento eficaz do sistema parlamentarista daquele período e cita o seu

próprio caso. Escolhido ministro, teve dez dias para elaborar seu programa, que iria ser cumprido à risca, no essencial.

Aqueles dez dias foram consumidos pelo estudo e pela audiência de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores e empregadores, juizes e advogados trabalhistas. Três conquistas assinalaram seu programa e a atuação do gabinete ministerial presidido por Tancredo Neves. Foi aprovada então a criação de sindicatos rurais, implantando-se os primeiros que iriam se ampliar e formar federações e confederações que hoje funcionam como expressão única da força de trabalho rural do país. Lembra ele que os três bispos auxiliares do Rio de Janeiro, dom José Távora, dom Helder Câmara e dom Eugênio Sales, que desde então expressavam uma força de renovação do movimento católico, identificaram como histórico seu projeto e o aplaudiram.

A segunda conquista do governo parlamentarista da época, no setor trabalhista, foi a regulamentação do salário-família, inscrita na Constituição de 1946 mas jamais materializado antes por falta de lei regulamentar. Isso se fez sem criar sequer um cargo público nem que o Estado despendesse qualquer recurso especial. Finalmente, sob o governo parlamentarista, foi concedido aos trabalhadores o maior salário mínimo em termos reais da história brasileira. Tais conquistas foram possíveis pela coordenação política e programática do governo. Destacou a colaboração que teve do então ministro da Fazenda, o banqueiro Walter Moreira Salles. Enalteceu ainda o papel desempenhado no governo parlamentarista pelo chanceler San Thiago Dantas, que desenvolveu, correndo riscos, a política externa proposta pelo governo do sr Jânio Quadros.

O sr Franco Montoro assegura que os cinco políticos reunidos em Brasília aceitaram desencadear, em favor da implantação do parlamentarismo, uma campanha igual às eleições diretas de 1984. Essa pelo menos é a sua disposição. Ainda a propósito de sistemas de governo, o ex-ministro do Trabalho e ex-governador de São Paulo afirma que os grandes crimes praticados contra o Brasil, citando como tais o acordo nuclear com a Alemanha e a dívida externa fundada em cláusulas absurdas, como a aceitação de juros flutuantes e de foro situado no exterior para dirimir questões suscitadas, foram frutos diretos do presidencialismo. Num sistema parlamentarista ambas as coisas não teriam ocorrido sem prévio conhecimento da opinião pública e amplo debate pelos partidos, pela imprensa e pelas casas legislativas.

O projeto da campanha pelo parlamentarismo será desenvolvido proximamente em Brasília numa reunião que pretende ter com governadores, senadores e deputados partidários da renovação e da consolidação da democracia brasileira.

Homenagem a Raphael

Segunda-feira em Brasília, no restaurante Florentino, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães será homenageado com um jantar. As adesões estão abertas.

Carlos Castello Branco